

**"O NOVO MUNDO":
UMA VISÃO BRASILEIRA DOS ESTADOS UNIDOS
PÓS-ABOLICIONISTA**

MARC JAY HOFFNAGEL
Da Universidade Federal de Pernambuco

Durante o último quartel do século XIX um número crescente de brasileiros passou a se interessar pelas transformações e mudanças que se processavam nos Estados Unidos. Embora esse fenômeno possa ser considerado sintomático de um lento, mas contínuo, processo de "americanização", seria demasiado simples rotulá-lo como um mero reflexo de um emergente imperialismo norte-americano.

Ao examinar as imagens dos Estados Unidos que circulavam no Brasil durante esta época, conclui-se que, em muitos casos, elas exprimiram as preocupações de uma elite que, desde a extinção do tráfico negreiro em 1850, era forçada a contemplar a possibilidade de um futuro sem escravos. Não há dúvida de que a partir da segunda metade do século XIX a desagregação do sistema escravista e a necessidade de organizar e controlar um mercado de trabalho livre configuravam-se entre os problemas mais urgentes enfrentados pela elite política e econômica do País. Neste contexto, torna-se fácil compreender o interesse gerado pelos Estados Unidos, um País que até a abolição da escravatura, em 1865, abrigava a maior população de escravos do mundo ocidental. A medida em que referências à recente experiência norte-americana com relação a liquidação do regime escravista formavam um componente dos debates em torno da transição para o trabalho livre no Brasil, uma análise das percepções e representações brasileiras da sociedade norte-americana pós-abolicionista poderia contribuir para uma maior compreensão de como alguns segmentos da sociedade encaravam o problema de escravidão e a substituição do trabalho escravo, pelo livre.

Neste trabalho pretende-se tecer algumas considerações em torno do jornal o **Novo Mundo**, um dos veículos através do qual as imagens dos Estados Unidos pós-escravista circulavam no Brasil. Publicado em New York entre 1870-1879, embora redigido em Português, o jornal, despachado para o Brasil uma vez por mês, pretendia "ministrar ao Brasil notícias circunstanciadas da vida política, moral, literária e industrial dos Estados Unidos da América do Norte"(2). Seu editor e proprietário, José Carlos Rodrigues, nasceu no seio de uma família de fazendeiros do Vale do Paraíba, em 1843. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, serviu como funcionário do Ministério da Fazenda até 1867, quando emigrou para os Estados Unidos. Radicado em New York, onde trabalhou como correspondente do **Jornal do Comércio**, lançou o primeiro número do **Novo Mundo** em outubro de 1870. (3)

Uma leitura dos primeiros três anos do jornal revela que, apesar da grande variedade de assuntos tratados, o seu conteúdo pode ser entendido como um só dis-

curso em torno dos benefícios que o regime de trabalho livre propiciou ao desenvolvimento dos Estados Unidos e as vantagens que este mesmo sistema poderia oferecer ao Brasil.

No discurso desenvolvido pelo jornal, o trabalho perde as características negativas a ele atribuídas por uma sociedade escravista, e em vez de aparecer como um ato que degrada, aparece com o poder de gerar riqueza e levar a humanidade a novos patamares de progresso material e moral. A construção ideológica efetuada pelo **Novo Mundo** reflete a influência do que o historiador Eric Foner denominou "a ideologia do trabalho livre", um conjunto de idéias e valores que permeavam a opinião pública do Norte dos Estados Unidos nas duas décadas anteriores à Guerra Civil. De acordo com os expoentes desta ideologia, o Norte conseguiu alcançar um grau extraordinário de crescimento econômico e harmonia social porque, ao contrário dos estados escravistas do Sul, sabia, nas palavras de Foner, "honrar e remunerar o trabalho". Devido aos incentivos que a sociedade ofereceu ao trabalhador, este, ao mesmo tempo em que contribuía para a acumulação da riqueza material da sociedade, era estimulado a aperfeiçoar sua inteligência, iniciativa e indústria e, assim, através do seu próprio esforço, escapar da condição "temporária" de trabalhador assalariado e entrar nas fileiras da classe de proprietários. Assim, o trabalho livre era apontado como o elemento responsável pelo progresso material do Norte, pelo aperfeiçoamento moral da sua população e pela eliminação de conflitos de classe. (4).

Traços desta ideologia são claramente identificáveis em algumas reflexões e observações registradas nas páginas do **Novo Mundo**. Num artigo tratando de uma greve de mineiros de carvão do estado de Pennsylvania, por exemplo, o jornal procurou demonstrar que as queixas do operário americano exprimiram o alto nível de expectativa de ascensão social engendrado por uma sociedade que valorizava o trabalho.

"Estar satisfeito com o estado presente das coisas não é, de certo, a virtude dos que sentem dentro de si alguma coisa que empuxa pela diante. A lei de desenvolvimento da creatura humana fal-a constantemente elevar mais e mais a esphera das suas relações e do seu character, e quanto menos restricto é este desenvolvimento pelas peias da sociedade, mais vigoroso é elle. Não querer ver além do horizonte em que ora se está e está contente em tudo quanto e como é na hora actual é a característica do selvagem e todos cujo ser nunca foi abençoado com o limar do trabalho.

Um passo feito no progresso traz consigo o impulso de outro passo. Ora nos paizes da Europa, cujo regime se funda na distinção radical de certas classes da sua sociedade, o operário se desenvolve dentro de um certo horizonte além do qual não olham (...)

Nesta república porém a posição do operário é diferente. Antes de tudo, o horizonte que lhe é permitido devassar tão longe quanto podem ir as aspirações do desenvolvimento humano. Aqui não há peias algumas que o condenam a ficar parado na sua condição de hoje: ele pode se tornar tudo quanto seu vizinho pode ser. A desigualdade que existe aqui entre um e outro não é radical mas temporário e superficial. Ora sendo mais largo o domínio das aspirações humanas, devem também multiplicar-se os motivos destas aspirações de delles o primeiro é de não estar bem com a hora actual. Assim, pois, em uma república como esta é muito natural que estejam sempre murmurando aquelles a quem o sentimento de completa egualdade humana não pode todavia obliterar as diferenças das circunstancias que os obrigam

a trabalhar mais, ou antes em uma posição menos desejável do que outros.” (5)

É importante assinalar, porém, que o **Novo Mundo** não reproduziu o mesmo ideário em torno do trabalho livre tão propagado nos estados do Norte antes da Guerra Civil. Em primeiro lugar, como a própria reportagem do jornal sugere, aquele conjunto de idéias segundo as quais o trabalhador de hoje poderia se transformar no capitalista de amanhã, tornou-se inadequado para descrever a dinâmica duma sociedade industrial caracterizada cada vez mais pelo sistema de fábricas, pela grande concentração de capital e pela luta acirrada entre o capital e trabalho. Mais importante é o fato de que, ao contrário dos propagandistas do Norte que divulgaram sua mensagem entre uma população já convencida da superioridade do regime do trabalho livre, o **Novo Mundo** dirigiu seu discurso a uma classe dominante composta em boa parte de proprietários de escravos. Esse discurso, nucleado em torno das virtudes do trabalho, terá como eixo principal a noção de que a própria classe escravista constitui-se na maior vítima da escravidão. Argumentando que o desprezo pelo trabalho induzido pelo sistema escravista resultou na formação de uma classe de proprietários que, totalmente desprovida de qualquer “espírito de iniciativa e indústria”, era, portanto, incapaz de inverter o quadro de decadência em que se encontrava a grande lavoura no Brasil.

Interessado em converter o próprio senhor de escravo à causa da abolição, o jornal procurou nas suas reportagens sobre os Estados Unidos, associar as virtudes do trabalho não ao trabalhador direto mas aos donos dos meios de produção daquele país. Assim, num artigo registrando a repugnância com que os proprietários de terra no Brasil encaravam o trabalho, repugnância esta que evidenciada pela tendência de filhos de fazendeiros de abandonarem a lavoura em favor de carreiras na política ou na burocracia, o jornal procurou destacar o valor dado ao trabalho árduo por membros da classe dominante norte-americana:

“Nos conhecemos pessoalmente um cidadão de Massachusetts que é senhor diz-se de 14,000 contos de reis, e cujo primogenito depois de concluir seus estudos no colegio, e antes de entrar na Universidade de Harvard, esteve como aprendiz na grande oficina de máquinas de Lowell. Ao meio dia o vereis vir a toda pressa para tomar seu jantar até sem gravata como qualquer dos operários.

Encontramos nesta mesma cidade um rapaz muito sensato, com uma conversa variada e um perfeito cavalheiro em todos os sentidos, o qual tendo acabado seus estudos no colegio, estava aprendendo o ofício de correio, seu pai entretanto, mora em casa própria com cavalos, carros e um magnifico tractamento.”(6)

Que os proprietários de terra no Brasil constituíram o principal alvo do discurso do **Novo Mundo** é comprovado pelo fato de que mais de um terço de todos os artigos publicados trataram de questões relacionadas à agricultura. O teor destes artigos era de sublinhar a superioridade da lavoura norte-americana para melhor enfatizar as fraquezas e deficiências da agricultura escravista no Brasil. Para o **Novo Mundo** o grande sucesso alcançado pela agricultura nos Estados Unidos se devia, principalmente, a “indústria”, “inteligência” e “dedicação ao trabalho” dos seus lavradores. Sempre confiantes nas suas possibilidades de alcançar novos e mais altos índices de produtividade os lavradores americanos que aparecem nas páginas do jornal exibiram uma dinâmica desconhecida no Brasil:

“A agricultura neste país tem tocado a grande perfeição e os seus lavradores energias e inteligentes empregam um sem número de máquinas e lavram o solo se-

gundo os mais avançados princípios da ciência. Nos vemos todos os dias com que atenção os fazendeiros ouvem o que lhes conta do progresso do vizinho, estimulando assim uma rivalidade salutar em melhorar sua lavoura". (7)

Embora esta idealização do fazendeiro laborioso que, através da sua própria energia e inteligência, gerava a enorme riqueza agrícola dos Estados Unidos evoque a imagem do pequeno e independente lavrador, "aquele espetáculo sublime de um casal tirando sua subsistência do solo", (8) era, de fato, a grande produção agrícola que mais interessava o **Novo Mundo**. Pelo menos, é isso que transparece na extensa reportagem dedicada à fazenda de Burr Oaks do estado de Illinois. Esta propriedade de milhares de hectares é tida como "a primeira fazenda do mundo, tanto pela extensão das suas terras quanto pela indústria com que se cultiva". As operações da fazenda não apenas servem como testemunho do "espírito empreendedor" do seu proprietário J. J. Sullivan, mas colocam em relevo o contraste entre os métodos rotineiros predatórios empregados na lavoura escravista no Brasil e a racionalidade e eficiência com que se cultiva a terra numa grande propriedade livre do peso da escravidão.

"A maior parte dos trabalhadores de Burr Oaks são suecos e alemães e apesar da grandeza da sua cultura, os nossos leitores hão de admirar que o total não excede 250, tal é o auxílio e a poupança de trabalho que fazem os instrumentos agrícolas que a fazenda possui em abundância. (...) Os 250 homens são divididos em secções. Mr. Sullivan é o commandante e chefe e tem um "brigadeiro" e doze "capitães" e cada capitão treze "tenentes", de modo que cada tenente toma conta de sete homens. (...) Todas as noites os "oficiais" da fazenda reúnem em torno do proprietário e do seu "brigadeiro" e então referem o que se faz durante o dia e recebem as ordens". (9)

Imagens como a de Burr Oaks reforçam argumentos em favor de mudanças na economia agrícola brasileira. Mas o **Novo Mundo** insistiu que nenhuma reforma poderia ocorrer dentro o sistema escravista devido, principalmente, aos efeitos nocivos que este sistema exerce sobre os proprietários de terra. Entre estes efeitos, destacava-se o fato de que a escravidão "alivia o trabalho" de modo que o lavrador no Brasil, acostumado a "viver do trabalho do outro", em vez de prezar aqueles valores que caracterizavam "o espírito empreendedor" do dono de Burr Oaks, aspira a uma vida aristocrática em que o poder político, o prestígio pessoal, a honra e a ostentação valem mais do que melhores índices de produção. Comentado sobre a decadência da lavoura de café no Vale do Paraíba, onde "mais de um terço das suas propriedades são abandonadas", o jornal atribuiu o declínio econômico da região aos próprios fazendeiros:

"Os nossos fazendeiros entregam-se ao jogo, cabais eleitorais e pleitos judiciários com seus vizinhos, desprezando as máquinas e utensílios da sua fazenda e edificando sumptuosas casas de vivenda". (10)

Para modificar essa situação, o jornal recomenda que os senhores se libertassem dos seus escravos através de "uma revolução do systema do trabalho", uma revolução a ser desencadeada pelo "toque elétrico do trabalho livre". (11)

No intuito de demonstrar a eficácia desta revolução e "acalmar os temores dos que no Brasil se arrezeiam da sorte da indústria agrícola com a mais prompta possível abolição", o **Novo Mundo** dedicou considerável espaço a notícias sobre o Sul dos Estados Unidos. De acordo com o jornal, esta região com seus proprietários

“sem dinheiro em caixa” e vivendo num “estado de terror, proveniente da nova relação entre eles e o antigo escravo” mergulhava numa profunda crise no término da Guerra Civil. Esta crise, porém, provou ser de curta duração de forma que “o Sul está regenerando-se num progresso extraordinário com o trabalho livre”. (12)

Este “progresso extraordinário com o trabalho livre” é evidenciado, em primeiro lugar, pela rápida e impressionante recuperação da lavoura algodoeira que, segundo o **Novo Mundo**, deveria servir como exemplo para os brasileiros:

“No ano findo ao primeiro do corrente, o Sul dos Estados Unidos supriu 4.352, 317 fardos de algodão, um aumento de 1.997.371 fardos sobre o ano passado que já se considerava bem próspera. (...) Desejamos que a lavoura e o comércio do Rio de Janeiro examinassem estes algarismos antes de fallarem dos males iminentes sobre a industria agrícola do Brasil caso se decreta a emancipação gradual”. (13)

Outro indicador do progresso econômico alcançado sob o regime de trabalho livre foi o crescimento industrial da região, um fenômeno que o jornal atribuiu diretamente a liquidação de escravatura:

“Uma das melhores provas da prosperidade dos Estados do Sul é o crescente consumo de algodão que ali faz a indústria manufatureira.

Nos dias de escravidão, todo capital era empregado na compra de mais e mais terras e em mais e mais escravos. Agora se a agricultura declina em alguns estados nem por isso a riqueza diminui, pois está desenvolvendo muito o comércio e a indústria fabril.” (14)

Também bastante ilustrativa das melhorias alcançadas pela economia do Sul era a reativação do seu comércio com os estados do Norte, comércio este que é caracterizado por “maiores encomendas de gêneros de mais gosto que fazia antes da guerra”. (15)

Embora a recuperação econômica do Sul seja melhor entendida como resultado de um processo de “colonização interna” decorrente de uma relação mais estreita com a economia industrial do Norte, o **Novo Mundo** atribuiu tal fato exclusivamente às transformações das relações de trabalho da região e a consequente metamorfose do antigo senhor de escravos num empresário embuido do espírito capitalista. Segundo o jornal, as mudanças efetuadas na transição para o trabalho livre eram tão encorajadoras que aqueles que no passado eram defensores ferozes do regime escravista, agora aparecem como defensores do novo regime de trabalho.

“Se perguntar-se porém, a qualquer homem do sul, de inteligência mediana se elle prefere o sistema actual ou antigo, ou se elle realisaria, se pudesse, a volta das coisas ao seu antigo estado, duvida-se que um só o quizesse. Isto é o que muitos lavradores, no seu tempo eminentes anti-abolicionistas, teem declarado pela imprensa, sobresaindo entre elles Mr. Pollock que out’ora tanto escreveu contra o movimento e que agora, em livros e em revistas, confessa o erro em que laborava com uma grandeza de alma admirável.” (16)

Mas apesar do seu grande entusiasmo pelas novas perspectivas econômicas do Sul, o **Novo Mundo** não conseguiu ocultar seu receio em torno dos possíveis riscos e dificuldades que a liquidação das relações de trabalho escravistas poderiam acarretar para a classe dominante. Estes receios transparecem claramente na sua discussão sobre as novas modalidades de trabalho vigentes no Sul após a Guerra Civil. Ao registrá-los, o jornal acaba revelando os limites da sua própria proposta abolicionis-

ta, proposta esta que tinha como premissa básica a insistência de que os libertos permanecessem à disposição dos donos dos meios de produção. Colocado de outra forma, o significado atribuído à abolição pelo jornal é de que ela deveria servir como mecanismo através do qual os senhores de escravos poderiam se livrar dos seus escravos, e não o contrário.

A primeira observação feita pelo jornal com respeito a organização do mercado de trabalho no Sul é de que, devido ao fracasso nas tentativas de promover a afluência de imigrantes para a região, os proprietários “dependem totalmente da população de libertos”. Que esta dependência cria sérias dificuldades para os donos de terra é revelada pelas constantes referências a inferioridade do negro e sua incapacidade para o trabalho disciplinado e sistemático. “O negro”, informa o jornal, “é, por natureza, migratório e entregue a sua liberdade não para em um só lugar, de modo que é raro um fazendeiro empregar o mesmo negro por mais de quatro anos”. Taxado como “uma criança irresponsável” o ex-escravo é acusado de “estar sempre prompto a procurar um patrão que lhe pague mais do que o actual” ou de “preferir ao proprietário rico e empreendedor, o fazendeiro desleixado que o deixe fazer quanto quer e que tem uma venda em que se acha a cachaça americana.” (17)

Estas observações em torno da inferioridade do trabalhador negro exprime um conflito comum a todas as sociedades pós-emancipacionistas. Conflito esse que era dimensionado, por um lado, pelo empenho dos libertos em alcançar o maior grau de autonomia face a seus ex-senhores e, por outro, pelas tentativas dos proprietários de reproduzir, na medida do possível, as mesmas condições de trabalho que prevaleciam nos tempos da escravatura. Neste sentido, é interessante notar que as mesmas qualidades do trabalhador americano, o seu desejo de “não ficar parado na sua condição de hoje”, tão elogiadas pelo jornal num outro contexto, se transformaram em defeitos quando o jornal tratava de ex-escravos a procura de melhores condições de trabalho.

A primeira batalha a ser travada entre liberto e seus ex-senhores durante o processo de redimensionamento das relações de trabalho vigentes no sul pós-emancipacionista centrava-se em torno da questão da terra. Ao insistir no seu direito a uma parcela das terras do Sul como compensação pelos longos anos de trabalho não remunerado, os libertos argumentavam que só a auto-suficiência econômica proporcionada pelo acesso à propriedade, poderia garantir-lhe a condição de cidadãos livres.

Conforme salienta Eric Foner:

“A reivindicação dos negros norte-americanos à propriedade de terra no Sul pós-emancipacionista, portanto, não foi legitimado, principalmente em termos de um direito já reconhecido no período da escravatura. Antes, foi calcado no direito da compensação para o trabalho não remunerado que eles realizaram como escravos. Havia uma concepção errônea, bastante difundida entre os brancos do Sul, de que a liberdade para o negro significava uma fuga ao trabalho. De fato, como um grupo de pastores negros explicaram ao Ministro de Guerra, Edwin Stanton, os negros entendiam por escravidão, não o trabalho simplesmente, mas o trabalho sem remuneração, definindo liberdade como “colocando-nos onde poderíamos colher os frutos do nosso trabalho.” (18)

Nesta luta entre os libertos e seus ex-senhores, o **Novo Mundo** se posicionou ao lado dos proprietários de terra. Num artigo tratando do Departamento de Liber-

tos, uma agência federal criada no final da guerra para prestar assistência aos ex-escravos, o jornal registrou o malogro das tentativas da agência de vender terras abandonadas aos libertos, a baixo custo, com o suscito comentário de que “este gênero de atribuição não deu o resultado que se esperava e a lei não pode ser executada”. Além do mais, o jornal revelou sua forte oposição a qualquer tipo de assistencialismo que implicava na interferência do Estado nas relações entre libertos e proprietários. Alegando que “o único meio de fazer do negro um cidadão útil é deixá-lo só, o *Novo Mundo* insistiu que o Departamento de Libertos já durou mais tempo que devia e endossou a decisão do Congresso Nacional de extingui-lo. (19) Para o jornal deixar o negro só não devia significar deixá-lo “fazer quanto quer” mas de permitir-lhe como única opção prestar serviços à classe dominante sob condições dictadas por mesma classe. Assim, na descrição das diversas relações de trabalho estabelecidas no Sul pós-guerra, o jornal afirmou que a fixação do liberto nas fazendas através do regime de assalariamento e a distribuição de “certas rações para sua alimentação” seria a modalidade de trabalho que mais combinava com as necessidades da região. (20) A fixação do liberto nas fazendas do Sul, porém, se provou extremamentedifícil, fato que o jornal atribuiu à sua inadequação para o trabalho regularizado e auto-disciplinado.

Como o jornal notou, a parceria emergiria como o regime de trabalho mais comum no Sul, por volta de 1870. É importante salientar que antes de representar uma estratégia de produção adotada por uma classe de proprietários que carecia do capital necessário para o pagamento de salários, a parceria era uma modalidade de trabalho imposta pelos próprios ex-escravos como uma resposta às tentativas dos donos de terra de fixá-los nas suas propriedades. Assim, não é surpreendente que o *Novo Mundo* encarasse este sistema como prejudicial a lavoura e inconveniente para os proprietários. Observa-se que o jornal sempre apresenta o proprietário como a grande vítima do negro, seja este trabalhador contratado ou parceiro:

“Em geral os negros nunca trabalham de boa vontade. O seu espírito está sempre desconfiado, e parece que fazendo contractos com os brancos elles reservam mentalmente alguma condição de tirar delles o maior partido possível. Elles estão continuamente a desertar seus contractos, e o melhor meio que os brancos teem achado de não serem logrados não é leva-los a juizo, é vigiar continuamente pelo seu cumprimento e cortar-lhes todas as occasiões de quebral-los.

Outro sistema é o de parceria, que se executa por vários modos. As vezes o liberto recebe metade do que cultiva e come e veste a sua custa-condições que não as raras vezes se ajuncta cláusula — que elle também partilha as despesas com seu amo. Neste caso, o fazendeiro fornece terras, animais, instrumentos e casas, e o liberto o trabalho e se sustenta a sua custa. Este methodo tem sido repudiado pelo fazendeiro por causar-lhe grande prejuizo. Ellé dá mais do que pode.

Outras vezes o trabalhador recebe uma terça parto do que faz e o fazendeiro lhe fornece o sustento. (...) Outras vezes o liberto só recebe uma quarta parte. (...) Em todos estes casos é preciso que o fazendeiro adiante algum dinheiro necessário para a compra de suprimentos, que os seus trabalhadores necessitam. Muitas vezes quando elles rompem o contracto, elles tem de perder o que lhes adiantou assim, sem lhe restar recurso algum, pois o liberto é como uma criança irresponsável. Estes contractos de parceria tem sido prejudicial a todos, até o negro, devido isso a sua natureza egoista e desconfiado”. (21)

Para o **Novo Mundo**, portanto, numa sociedade pós-emancipacionista, onde não existia uma alternativa viável à exploração do ex-escravo, só um regime de trabalho em que o liberto fosse totalmente dependente do proprietário de terra e cuidadosamente supervisionado por este, seria capaz de substituir um sistema de produção baseado na escravidão.

Em qualquer sociedade pós-emancipacionista, a transformação duma população de ex-escravos em força de trabalho totalmente subordinada aos interesses dos proprietários de terra, depende entre outros fatores, do grau de controle que estes proprietários exerçam sobre o aparelho de Estado. A derrota na Guerra Civil e a tutela exercida sobre o Sul pelo governo nacional, levou os antigos senhores de escravos a enfrentarem sérias dificuldades para restabelecer sua hegemonia, uma vez que, tendo por objetivo impedir que voltassem tais proprietários de escravos a monopolizar o poder regional, o Congresso destituiu os sulistas que participavam do governo da Confederação, dos seus direitos políticos e, ao mesmo tempo, concedeu o direito de voto aos ex-escravos. Respalçado pelos votos dos negros e pela presença de forças militares da União, o Partido Republicano (até então confinado aos estados do norte e do oeste) conseguiu controlar os novos governos estaduais estabelecidos no período da Reconstrução. Estes governos, por sua vez, instituíram uma série de práticas que tendiam a alterar, pelo menos temporariamente, as tradicionais relações de poder. Lançaram impostos sobre a grande propriedade, alocaram recursos para serviços sociais que beneficiaram as classe subalternas, e incluíram negros no quadro administrativos do estado. (22) Não é de surpreender que os antigos senhores de escravos, agora com as suas propriedades sujeitas à tributação e com seu poder de mando seriamente comprometido, considerassem esta nova situação intolerável. Esta era uma opinião compartilhada pelo **Novo Mundo** ao relatar que “os estados do Sul estão sendo governados pelos aventureiros do Norte e pelos negros, há pouco tempo escravos, enquanto a classe mais honesta e inteligente e que possui propriedade continua excluída do governo e das suas decisões”. (23) Sólidário com os fazendeiros do Sul, o jornal encarava a violência cometida para inverter este quadro como atos de auto-defesa duma classe dominante despojada do seu direito “legítimo” a governar.

Assim, as notícias de uma onda de terrorismo desencadeada pela Ku Klux Klan, durante as eleições de 1871, mereceu o seguinte comentário:

“Os estados do Sul estão agora mostrando uma grande reação sanguinária às injustiças que lhe infligiram os atos chamados Reconstrução. Esta agressão tão vil criou naquella gente, sentimentos de vingança também vis, chamado genericamente Ku Klux Klan, os quais ferem e matam ao torto e ao direito quanto republicanos podem achar.” (24)

A abordagem do **Novo Mundo** em torno da organização do trabalho, embora chamasse atenção para o progresso alcançado com o trabalho livre, servia de alerta aos proprietários brasileiros sobre as dificuldades existentes na formação de um mercado de trabalho composta de ex-escravos, sugeria a necessidade de procurar outra fonte de mão-de-obra e/ou redimensionar as relações de dominação de forma que o negro permanecesse sujeito aos interesses dos grandes proprietários.

NOTAS

01. Sobre a influência dos Estados Unidos no Brasil neste período, ver Moniz Bandeira, *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973), pp. 116-146.
02. *O Novo Mundo*, 24 de setembro de 1870, p. 15. Os números do *Novo Mundo* correspondentes aos anos 1870, 1871, 1872 são localizados na Indiana University Graduate Library, Indiana University, Bloomington, Indiana, USA.
03. Sobre José Carlos Rodrigues e as suas atividades nos Estados Unidos ver George C. A. Bohrer, "José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo*, 1870-1879", *Journal of Inter-American Studies* (1967) 9(1):127-144.
04. Eric Foner, *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before the Civil War* (New York, Oxford University Press, 1970).
05. *O Novo Mundo*, 23 de dezembro de 1870, pp. 37-38.
06. *O Novo Mundo*, 23 de março de 1872, o. 91.
07. *O Novo Mundo*, 24 de junho de 1872, pp. 147-148.
08. *O Novo Mundo*, 21 de março de 1871, p. 83.
09. *O Novo Mundo*, 24 de outubro de 1871, p. 7. Sobre o desenvolvimento de agricultura nos Estados Unidos após a Guerra Civil, ver Fred A. Shannon, *The Farmer's Last Frontier* (New York, Reinhart, 1945).
10. *O Novo Mundo*, 23 de setembro de 1872, p.214.
11. *O Novo Mundo*, 23 de novembro de 1870, p. 27.
12. *O Novo Mundo*, 23 de janeiro de 1871, p. 51.
13. *O Novo Mundo*, 24 de outubro de 1871, p. 14.
14. *O Novo Mundo*, 23 de fevereiro de 1872, p. 83.
15. *O Novo Mundo*, 23 de dezembro de 1870, p. 34.
16. *O Novo Mundo*, 23 de março de 1872, p. 102.
17. *O Novo Mundo*, 24 de outubro de 1871, pp. 6-7.
18. Eric Foner, *Nothing but Freedom, Emancipation and its Legacy* (Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1983).
19. *O Novo Mundo*, 23 de março de 1872, pp. 102-103. Sobre o Departamento dos Libertos e as tentativas de distribuir terra entre os libertos ver Kenneth Stamp, *The Era of Reconstruction, 1865-1877* (New York, Vintage Press, 1967) e La Wanda Cox, "The Promise of Land for the Freedman" *Mississippi Valley Historical Review* (1951) 45:413-440.
20. *O Novo Mundo*, 24 de outubro de 1871, p. 6.
21. *Ibid.*
22. Sobre o processo da Reconstrução no Sul ver Stamp, *The Era of Reconstruction* and John Hope Franklin, *Reconstruction After the Civil War* (Chicago, University of Chicago Press, 1961).
23. *O Novo Mundo*, 23 de abril de 1872, p. 114.
24. *O Novo Mundo*, 24 de abril de 1871, p. 102. Sobre as atividades do Ku Klux Klan neste período ver, Stanley F. Horn, *The Invisible Empire: The Story of the Ku Klux Klan, 1866-1871* (Boston, 1939).

RESUMO

A partir de uma análise do *Novo Mundo*, jornal brasileiro publicado nos Estados Unidos no período 1870-1879, este artigo tem como objetivo contribuir para um estudo das percepções brasileiras da sociedade norte-americana após a abolição da escravatura. Verifica-se que apesar da sua crença de que o progresso econômico dos Estados Unidos se devia principalmente ao regime do trabalho livre adotado naquele país, o jornal expressou sérias dúvidas em torno da possibilidade de organizar um mercado de trabalho na base de mão-de-obra fornecida por ex-escravos.

ABSTRACT

Based on an analysis of the *Novo Mundo*, a Brazilian newspaper published in the United States between 1870 and 1879, this article represents a contribution to the study of Brazilian perceptions of Northamerican society after the abolition of slavery. It demonstrates that despite the contention that free labor furnished the basis of Northamerican economic development, the journal harbored serious doubts as to the possibility of organizing a labor market based upon the labor of former slaves.